



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

GABRIELLA DOMINGOS DE OLIVEIRA

Bibliotecas e Bibliotecários em busca da acessibilidade

Orientar(a): Profª Drª Eliane Ferreira da Silva

**NATAL- RN
2013.2**

GABRIELLA DOMINGOS DE OLIVEIRA

Bibliotecas e Bibliotecários em busca da acessibilidade

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sob orientação da Professora Dr^a Eliane Ferreira da Silva, do Departamento de Ciência da Informação, como requisito parcial para a obtenção do diploma de Bacharel em Biblioteconomia.

**NATAL- RN
2013.2**

O48 Oliveira, Gabriella Domingos de.

Bibliotecas e Bibliotecários em busca da acessibilidade/Gabriella Domingos de Oliveira. – Natal, 2013.

56 p.:il.

Orientadora: Professora Dr^a Eliane Ferreira da Silva.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação.

1. Acessibilidade - Monografia. 2. Biblioteca – Monografia. 3. Bibliotecário– Monografia. 4. Tecnologias Assistivas– Monografia I. Silva, Eliane Ferreira da. II Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III.Título.

RN/UFRN

CDU 027.6

GABRIELLA DOMINGOS DE OLIVEIRA

Bibliotecas e Bibliotecários em busca da acessibilidade

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sob orientação da Professora Dr^a Eliane Ferreira da Silva, do Departamento de Ciência da Informação, como requisito parcial para a obtenção do diploma de Bacharel em Biblioteconomia.

MONOGRAFIA APRESENTADA EM 11/12/2013

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a Dr^a Eliane Ferreira da Silva - UFRN
(Orientadora)**

**Prof^a Msc. Jacqueline de Araújo Cunha - UFRN
(Membro)**

**Prof^a Msc. Renata Passos Filgueira de Carvalho - UFRN
(Membro)**

*A Deus que me fortalece em todos os momentos.
Aos meus pais que são minha fortaleza.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre está ao meu lado, me fortalecendo e não me fazendo perder a fé.

Aos meus guerreiros pais, Vanuzia da Silva e José Oliveira, pois sei o quanto se esforçam por mim e por sempre me incentivarem em cada etapa da vida.

A minha irmã Manuella Oliveira, que sempre está me ajudando, acompanhando e apoiando em todos os momentos.

Agradeço a todas as amigas que construí ao longo da minha graduação na UFRN, mas graças a Deus levo comigo, muitos anjos que estavam sempre próximos.

As minhas eternas amigas de infância que me apoiaram em todos os momentos e me auxiliaram nas horas boas e ruins.

Agradeço imensamente a todos os professores do Departamento de Ciência da Informação, que me possibilitaram conhecer o curso de Biblioteconomia.

A professora Dr^a Eliane Ferreira da Silva, que me deu o privilégio e oportunidade de participar do Projeto de monitoria do Departamento de Ciência da Informação (DECIN), na disciplina Redes e serviços de Informação I. A mesma depositou a mim motivação e a confiança que estava precisando e que possibilitou conhecer a iniciação científica. Estou eternamente grata de poder trabalhar e conviver com ela.

As professoras Msc. Jacqueline de Araújo Cunha e a Prof^a Msc. Renata Passos Filgueira de Carvalho, que aceitaram o meu convite para participarem da banca avaliadora e por sempre me dá conselhos e me motivação.

E por fim, não posso deixar de agradecer aqueles que direta e indiretamente colaboraram neste trabalho de conclusão de curso. A todos que acreditam em mim e que sempre estão me ajudando para o meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

MUITO OBRIGADA!

*"A maior deficiência não está no corpo do deficiente físico, mas, na alma do
preconceituoso."
(Sebastião Barros Travassos)*

RESUMO

Aborda o uso de recursos acessíveis em unidades de informação e discorre acerca da acessibilidade em bibliotecas. Evidenciam conceitos e práticas da acessibilidade, tal como expõe aspectos no Brasil. Especifica o uso da tecnologia assistiva como um recurso pertinente em unidades de informação, que possibilita autonomia da pessoa com deficiência. Discorre quanto aos profissionais bibliotecários acessíveis e a possibilitar a esses usuários, acesso à informação em qualquer suporte e à inclusão no meio da sociedade da informação. Nesse intuito, o objetivo geral desta pesquisa é dissertar uma breve consideração teórica pertinente, para embasar as reflexões sobre a imprescindível busca da acessibilidade e da inclusão à tecnologia assistiva, por parte de bibliotecários, bem como da possível adequação de bibliotecas para melhor servir às necessidades informacionais e educacionais de todos os seus usuários. Visto que os objetivos específicos deste estudo é discutir a questão da acessibilidade, especificamente no Brasil e sua legislação, e também expor resultados de referência para bibliotecas em busca da acessibilidade, além de contribuir com uma reflexão sobre o tema para profissionais da informação, bem como para todos os interessados e sensíveis em busca da acessibilidade. Portanto, para dar seguimento e embasamento desta pesquisa, o procedimento metodológico envolve um referencial teórico com pesquisas, através de livros, periódicos, artigos científicos e endereços eletrônicos pertinentes ao assunto. Pode-se concluir que o investimento na aplicabilidade de políticas públicas sobre acessibilidade ainda é inadequado e inacessível. Compreende-se que os bibliotecários devem estar sempre à frente dessa temática, e é possível identificar que aos poucos a acessibilidade em bibliotecas está se desenvolvendo. Diante dessas reflexões, este estudo intenciona a expansão desta pesquisa, em uma abordagem de campo e de novas investigações complementares.

Palavras – chave: Acessibilidade. Bibliotecário. Tecnologia Assistiva. Inclusão.

ABSTRACT

This work addresses the use of accessible resources into information units and discourses about accessibility in libraries. It demonstrates concepts and practices of accessibility and exposes some aspects in Brazil. The paper specifies the use of assistive technology as a relevant source for information units, enabling autonomy for people with disabilities. It discourses about the librarians and the accessibility of information for those people and their inclusion in the information society. In this sense, the general objective of this research is presenting some brief and relevant theoretical considerations with the aim of basing the reflections on the essential search for accessibility and inclusion of assistive technology by librarians as well as on the possible suitability of libraries for better serving the informational and educational needs of all their users. The specific objectives of this study is discussing the accessibility issue specifically in Brazil and its legislation, exposing results of references for libraries accessibility and contributing to some reflection on the theme for the information professionals and all interested people who are searching for accessibility. The methodological approach of this research focused on a theoretical study involving research in books, journals, papers and relevant electronic addresses on the issue. We concluded that the investment in the applicability of public policy on accessibility is inadequate and inaccessible. We understand that librarians should always be ahead of this issue and we identified that accessibility has been gradually developed in the libraries. Given these considerations, we aim at expanding this research into a field approach and new complementary investigations.

Keywords: Accessibility. Librarian. Assistive Technology. Inclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1- Teclado Ampliado..... | 30 |
| Figura 2- Teclado Intellikeys..... | 31 |
| Figura 3- Stair Track..... | 31 |
| Figura 4- Evacu-Trac..... | 32 |
| Figura 5- Ampliador de tela..... | 32 |
| Figura 6- Leitor de tela..... | 33 |
| Figura 7- Leitor autônomo..... | 33 |
| Figura 8- Impressora Braille..... | 34 |
| Figura 9- Biblioteca Memorial da América Latina..... | 35 |
| Figura 10- Biblioteca pública de São Paulo..... | 36 |
| Figura 11- Biblioteca pública Louis Braille..... | 37 |
| Figura 12- Laboratório de Acessibilidade da UFRN..... | 37 |
| Figura 13- Laboratório de acessibilidade (LAB/UNICAMP)..... | 38 |
| Figura 14- Terminais de consulta (Visão lateral)..... | 41 |
| Figura 15- Balcão de informação..... | 41 |
| Figura 16- Estante em bibliotecas..... | 42 |
| Figura 17- Manobras da cadeira de rodas..... | 42 |
| Quadro 1- Competências do profissional da informação prevista pela Classificação Brasileira de Ocupações no Brasil..... | 48 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ADA | American with Disabilities Act |
| BCCL | Biblioteca Central Cesar Lattes |
| BCZM | Biblioteca Central Zila Mamede |
| CAT | Comitê de Ajudas Técnicas |
| CBO | Classificação Brasileira de Ocupações |
| CONADE | Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência |
| DECIN | Departamento de Ciência da Informação |
| DU | Design Universal |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFLA | Federação Internacional das Associações de Bibliotecário |
| LAB | Laboratório de Acessibilidade |
| MEC | Ministério da Educação |
| MOLLA | Movimento pelo Livro e Leitura Acessíveis no Brasil |
| SDH | Secretaria de Direitos Humanos |
| SNPD | Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência |
| TA | Tecnologia Assistiva |
| TIC | Tecnologia de informação e comunicação |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UIT | União Internacional de Telecomunicações |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 | A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL: significados e legislação..... | 16 |
| 2.1 | TIPOS DE ACESSIBILIDADE E O DESIGN UNIVERSAL..... | 22 |
| 3 | TECNOLOGIA ASSISTIVA..... | 25 |
| 3.1 | A INCLUSÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS..... | 29 |
| 4 | BIBLIOTECAS EM BUSCA DA ACESSIBILIDADE..... | 35 |
| 4.1 | A BIBLIOTECA COMO MEDIADORA DA INCLUSÃO..... | 39 |
| 5 | O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL | 45 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| | REFERÊNCIAS..... | 52 |

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um tema que está sendo debatido em vários segmentos da sociedade. Nesse sentido, uma das preocupações de profissionais como os bibliotecários é a aplicação de princípios e legislação em organizações como as bibliotecas em prol das pessoas com deficiência. Tal preocupação se reflete na academia, por exemplo, na formação de profissionais reflexivos e atentos a essa necessidade.

O despertar para esse tema ocorreu, a partir de eventos proporcionados pelo curso e de disciplinas que mesmo não tendo como foco principal a acessibilidade, tinham incluído alguns aspectos que destacassem a importância da acessibilidade em bibliotecas, e de futuros profissionais estarem sempre buscando esse ideal em suas unidades de informação.

Ainda pode-se mencionar que, a partir de pesquisas e estudos anteriores no Programa de Monitoria, bem como na Iniciação Científica, foi possível perceber a relevância dessa temática, pois uma breve caminhada pela própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é possível perceber que existem muitas barreiras para que a acessibilidade, a inclusão e a Tecnologia Assistiva (TA) sejam inseridas nas bibliotecas.

Na presença das problematizações despertadas acima, com os docentes do curso de Biblioteconomia e de outros - da UFRN e externos - convidados para apresentarem a temática em diferentes modalidades de atividades, surgiu o interesse em buscar aprofundar o conhecimento sobre o assunto e praticar mesmo que com pequenas ações, já no local de estágio e na vida diária.

Afinal, foi possível perceber e até empiricamente compreender que é imprescindível que bibliotecas e bibliotecários estejam sempre em busca da acessibilidade. Quiçá manterem-se atualizados com as Tecnologias Assistivas (consideradas mais adiante) que vão surgindo. Mas, pelo menos que tais profissionais possam colocar-se em uma posição sensível e estar atentos aos prospectivos usuários com necessidades especiais e estarem sempre avivando o interesse em busca de serem acessíveis para todos os usuários de suas bibliotecas.

Sob esse viés, surgiu o objetivo geral dessa pesquisa monográfica: dissertar uma breve consideração teórica pertinente, para embasar as reflexões sobre a imprescindível busca da acessibilidade e das Tecnologias Assistivas por parte de

bibliotecários, bem como da possível adequação de bibliotecas para melhor servir às necessidades informacionais e educacionais de todos os seus usuários.

Por sua vez, com essas indagações e esse contexto explicado acima, os objetivos específicos são:

- Dissertar sobre a questão da acessibilidade e seus significados, alguns princípios internacionalmente aceitos como o 'design universal' às normas pertinentes, tendo como pano de fundo o enfoque específico do Brasil e sua legislação;
- Apresentar os resultados de pesquisas sobre TA realizadas em fontes de informação especializadas na Internet, para servir de referência a bibliotecas em busca de implantação de tecnologias acessíveis;
- Contribuir com uma reflexão sobre o tema para profissionais da informação, bem como para todos os interessados e sensíveis em busca da acessibilidade.

Com esse intuito, a metodologia escolhida insere-se no âmbito da pesquisa bibliográfica, artigos e outros materiais especializados (como os compêndios e apostilas fornecidos em eventos) e em fontes de informação na Internet.

A pesquisa foi dividida em 6 capítulos, o primeiro, que é a introdução, irá explanar a justificativa, com destaque para a relevância do tema, o porquê da temática a ser explorada, a problematização, os objetivos e a Metodologia.

O segundo capítulo aborda a questão da acessibilidade no Brasil, com fundamentação teórica sobre os tipos de acessibilidade e o design universal, além da acessibilidade com enfoque em alguns aspectos de legislação e nomenclaturas relacionadas, já expressando algumas reflexões da autora.

Por outro lado, o terceiro capítulo explica do que se trata a tecnologia assistiva, elencando algumas das que foram pesquisadas.

Já o quarto capítulo mostra alguns exemplos de bibliotecas a serem seguidos em busca da acessibilidade no Brasil, além de expor a reflexão da autora sobre o profissional bibliotecário e a biblioteca (como instituição, ou seja, como estabelecimento estruturado e organizado como decorrente de necessidades sociais, informacionais e educacionais), potencialmente mediadores e facilitadores de inclusão.

Por sua vez, o quinto capítulo reflete sobre o profissional da informação acessível e/ou em busca da acessibilidade aos seus usuários potenciais, sempre necessitando de capacitação, como a educação continuada.

Finalmente, o sexto capítulo finaliza com as considerações finais e aponta pontos relevantes que podem sensibilizar leitores, profissionais da informação, gestores e sociedade em geral para dar prosseguimento na constante reflexão dessa importante abordagem.

2 A QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL: SIGNIFICADOS E LEGISLAÇÃO

Afinal, o que se quer dizer com acessibilidade? O minidicionário da língua portuguesa (1998, p.9) destaca o significado da palavra como sendo a “facilidade no trato ou na qualidade de acesso”. Portanto, com uma breve consulta ao dicionário, é possível depreender que ao tratar os significados desse conceito, contextualizando-o para essa pesquisa, envolve o respeito e as condições de acesso aos produtos e serviços informacionais e educacionais, bibliotecas, publicações, bibliotecários e comunicação em geral. Então é possível perceber que a questão envolvida é ampla.

No Brasil, a visibilidade dessa temática está em constante crescimento, tanto no âmbito de pesquisas acadêmicas e científicas quanto na aplicação de políticas públicas, conforme expressam claramente os debates em anos recentes e em diferentes espaços:

No Brasil o interesse pelo assunto vem a ser motivado pelos debates antes e depois da Constituinte. Já no ano de 1986, a expressão “excepcional” foi substituída por “portadores de necessidades especiais” no meio acadêmico, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. (FONSECA; PINTO, 2010, documento não paginado)

Segundo os resultados da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi realizada há três anos, o Censo Demográfico de 2010 apontou que:

45.606.048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira. Dessas pessoas, 38.473.702 se encontravam em áreas urbanas e 7.132.347, em áreas rurais. A Região Nordeste concentra os municípios com os maiores percentuais da população com pelo menos uma das deficiências investigadas. (IBGE, Censo Demográfico, 2010, documento não paginado).

A real existência dessa informação possibilita uma visão geral de quantas pessoas com necessidades especiais necessitam de mudanças sociais, e de quanto as mesmas estão sendo “presas” em obstáculos da sociedade.

Como afirmado por BRASIL (2006, p.16).

Ao longo dos anos, as cidades foram sendo construídas sem considerar inclusive a diversidade humana e se perpetuam inacessíveis, física e sensorialmente, a todos aqueles que vivenciam alguma forma de incapacidade de locomoção ou comunicação, sejam elas temporárias ou permanentes.

Diante dessa realidade, a pessoa com deficiência, necessita de mobilidade e condições necessárias para viver em uma sociedade sem nenhum tipo de “deficiência”, ou seja, devem ter as mesmas oportunidades, frequentarem os mesmos ambientes, terem um serviço de saúde/educação/lazer adequado e todos que são oferecidos para a população, de forma que seja satisfatório, para que as mesmas tenham possibilidade de trabalhar e ter uma vida digna de um cidadão, sem nenhuma barreira social.

Uma das piores barreiras que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida encontra é o obstáculo social, diante da visualização dessa população inserida na sociedade.

Até o século XV estes eram rejeitados pela Sociedade, encontravam abrigo nas igrejas, ou eram considerados diabólicos, ou ainda eram usados como bobos da corte. A partir do século XVI ao XIX, são criados então asilos, albergues e hospitais, para pessoas portadoras de necessidades especiais. [...] O marco inicial na mudança de tratamento para com estas pessoas vem a partir de 1854 com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos (hoje o Instituto Benjamin Constant). Em 1856, ocorreu a instalação do Instituto de Surdos-Mudos. A criação de tais institutos veio permitir que estes pudessem estudar e assim serem incluídos de alguma forma na sociedade. Mas somente em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pessoas deficientes começaram a ser vistas como cidadãos, parte integrante da sociedade, porém sob uma ótica assistencial. Na década de 1960 começaram então a surgir as primeiras críticas devido à segregação, a partir de familiares. Nos anos 80 e 90, a inclusão de portadores de necessidades especiais passa a ser defendida em larga escala através de declarações e tratados. (FONSECA; PINTO, 2010, documento não paginado.).

Foram diagnosticados alguns avanços da inclusão em relação a políticas públicas ao longo de algumas décadas, porém, ainda existem alguns bloqueios da inserção dessa população em todos os meios da sociedade.

Cabe mencionar a Constituição Federal de 1988: direito das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) à educação na rede regular de ensino, a Lei Nº 10.098 de 19/12/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, bem como o Parecer Nº 17/2001, 03/07/2001 aprovado pelo Conselho Nacional de Educação: Relatório da Câmara

de Educação Básica sobre Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. (OLIVEIRA, 2013, p.4-5)

Compreende-se que a falta de investimento e de certo desconhecimento em relação às necessidades especiais de alguns indivíduos traz diversas dificuldades de avanços, não somente à questão científica, quanto à questão social, uma vez que interfere no grande desempenho de inclusão.

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignorado. (MAZZOTTA, 2001 p. 16).

Essa “marginalização” atualmente ainda existe, porém hoje essa situação é mais velada, tanto por parte da sociedade, quanto para os governantes brasileiros. Mas o movimento em prol dessa população não se restringe somente a leis, e sim a ações, incentivos e resultados.

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo em mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. [...] Essas medidas foram levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil. (MAZZOTTA, 2001, p. 17, adaptado).

Mazzotta (2001, p. 27) relata que a “inclusão da educação de deficientes [...] na política educacional brasileira, ocorreu somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, enfatiza que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

O Ministério da Educação (MEC) assinou a portaria nº 1.679 que “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”.

As principais Leis e decretos de acessibilidade, segundo BRASIL (2007, p. 25) são:

- A Lei nº 7.0853/1989, que estabeleceu em seu artigo 2º, parágrafo único que os órgãos e entidades da administração direta e indireta [...] que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência e que permitam o acesso destas a edifícios, logradou e meios de transporte.
- O Decreto Nº 3.298/1999, que instituiu a “política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência”, estabelecendo as pessoas com necessidades especiais ao acesso, o ingresso e a permanência, em todos os serviços oferecidos a comunidade.
- A Lei nº 10.048/2000 e a de Nº 10.098/2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de locomoção, espaços e ambientes adaptáveis, para que as pessoas com necessidades especiais sejam autônomas em meio a ruas, prédios, mobiliários e entre outros.

Essas leis são de extrema importância, para que os serviços e direitos dessa população sejam assegurados, porém a quantidade não é necessária para esse grupo, e sim a qualidade, ou seja, esses “direitos” devem ser aplicados para todos e em todos os níveis e ambiente.

Neste momento o Brasil conta com um conjunto de leis no âmbito federal, estadual e municipal, que é considerado como um dos mais avançados no mundo, que visa garantir a esses cidadãos o direito de acesso à saúde, reabilitação, educação, trabalho, esporte, cultura, moradia, transporte, lazer e demais oportunidades oferecidas a esses cidadãos. (BRASIL, 2007, p.15)

Compreende-se que as pessoas com deficiência ou necessidade especial são regidas oficialmente pelas legislações brasileiras pertinentes para cada indivíduo, serviço ou produto, além das citadas nesta pesquisa, podemos constatar outras relevantes e importantes para a comunidade.

Com a crescente população, principalmente concentrada nas regiões metropolitanas, percebe-se a falta de investimentos necessários para tornar uma cidade ou um país acessível, como é apontado a seguir.

Ao longo dos anos, as cidades foram sendo construídas sem considerar inclusive a diversidade humana e se perpetuaram inacessíveis, física e sensorial, a todas aquelas que vivenciam alguma forma de incapacidade de locomoção ou comunicação, sejam elas temporárias ou permanentes. (BRASIL, 2007 p. 16).

Essas “falhas” não são só arquitetônicas, e sim a falta de interesse de se praticar essa acessibilidade, principalmente no âmbito governamental. Com isso, a sociedade vai se desenvolvendo inacessivelmente.

Com as políticas públicas existentes, a acessibilidade “começa na cabeça de quem projeta, constrói, reforma ou presta serviços públicos e finaliza-se nas mãos de quem autoriza, fiscaliza e certifica obras e serviços” (BRASIL, 2006, p. 17, adaptado).

Segundo as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, NBR 15599, p. 2, 2008), que trata da “Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços”, expressa que o conceito de acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência”.

Para Mello (2008, p. 30),

Existem diferentes entendimentos para a expressão acessibilidade. É bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

A acessibilidade é definida conforme o Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004)

Considera-se que a acessibilidade é o fornecimento da autonomia de produtos e serviços disponíveis para toda a sociedade. O objetivo é tornar acessível, pois, além de trazer a facilidade de uso, é necessário que seja adequado e adaptável de todas as formas. Conforme Dias (2006, p.170) afirma que o termo acessibilidade “Consiste na capacidade de um produto ser flexível o suficiente para atender as necessidades e preferências do maior número possível de pessoas”.

Enfatizando os conceitos das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, NBR 9050, p. 2, 2004), que define:

A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Mas Baptista (2008, p.25) afirma que “não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimentos, etc.)”, e sim, como a própria autora explana, deve-se anular as “barreiras de atitude”, ou seja, aquelas que precisamos vencer como obstáculos do nosso próprio preconceito, para que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas.

Portanto, acessibilidade significa não apenas permitir que as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão é a extensão do uso desses elementos por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando a sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras.

O interesse de profissionais no Brasil em busca de informação e conhecimento acerca da temática da acessibilidade vem despertando, e a colocando com maior visibilidade em âmbito nacional. Mas, para que se tenha um país justo, com igualdade social e, principalmente, sem diferenças e deficiências, a sociedade precisa se conscientizar cada vez mais em práticas adequadas, pois leis e decretos governamentais existem, porém, muitas vezes, não são cumpridos, como é determinado.

Sendo assim, pode-se afirmar que a acessibilidade não deve ser caracterizada como um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de

observação e construção, feito por todos os membros da sociedade.(MAZZONI; TORRES; OLIVEIRA et.al. 2001, p. 31).

Por outro lado, mediante as novas tecnologias e recursos disponíveis, o país ainda não possibilita auxílio para todas as pessoas com deficiência, embora tente informatizar e automatizar o conhecimento em locais educacionais inclusivos, como escolas de ensino básico e fundamental, universidades e em instituições públicas e privadas.

Infelizmente, essas legislações não saem muito do papel, pois ainda se vê em muitas instituições de ensino ou Bibliotecas (particularmente) muitas barreiras, tanto arquitetônicas quanto informacionais, e a falta de conhecimento e a despreparação dos profissionais que nelas atuam.

Os investimentos institucionais e governamentais são insuficientes para alcançar toda essa legitimidade. Apesar de essa problemática ainda ser atingida, o Brasil está se desenvolvendo, e a cada momento vislumbrando a praticidade e a usabilidade da “vida”.

Portanto, para que exista acessibilidade na sociedade, é preciso avaliar o seu próprio preconceito com algo “diferente” do que são habituados a conviver. A população deve estar atenta às políticas públicas e às suas atitudes para que possamos ter uma sociedade acessível em todos os aspectos, ou seja, precisamos refletir sobre as nossas atitudes/práticas e compreender que as pessoas com deficiência também têm direitos comuns e deveres.

2.1 TIPOS DE ACESSIBILIDADE E O DESIGN UNIVERSAL

Para o consultor em inclusão Sasaki (apud MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003, p.23), sociedade acessível é aquela que contém seis requisitos básicos, que será exposto a seguir.

Acessibilidade arquitetônica: Não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.

Acessibilidade comunicacional: Não há barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: Não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc) e de educação dos filhos (familiar).

Acessibilidade instrumental: Não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).

Acessibilidade programática: Não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais).

Acessibilidade atitudinal: Não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Como visto, precisa-se de todos esses processos para que a sociedade seja acessível, além de normas e leis. Com esses requisitos “aliado ao Design Universal (DU), pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade para todos” (MELO 2008, p. 31).

Conforme a Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, NBR 9050, p. 3, 2004), o desenho universal é “aquele que visa atender a maior gama de variações possíveis de características antropométricas e sensoriais da população”.

O desenho universal pode ser descrito basicamente segundo o ofício circular, nº 11/2013 – Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE/SNPD/SDH/PR), em 10 de julho de 2013, como um:

Modo de concepção de espaços e produtos visando sua utilização pelo mais amplo espectro de usuários, incluindo crianças, idosos e pessoas com restrições temporárias ou permanentes, tendo como pressupostos à diversidade humana e a inclusão de todas as pessoas nas mais diversas atividades, independente de suas idades ou habilidades (BRASIL, 2013, documento online não paginado).

Portanto, evidencia-se que:

O conceito de desenho universal se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura na Universidade da Carolina do Norte - EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência (CARLETTO; CAMBIAGHI, [201?], p. 10),

Concordante com Melo (2008, p. 31), que afirma ser o “desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados para todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado”, ou seja, são produtos úteis e utilizáveis por todos, sem necessidade de modificação.

O objetivo do DU é garantir a adaptação de recursos tanto de ambientes, como de utensílios a serem utilizados por qualquer pessoa, com o intuito de acesso e uso.

A ideia subjacente ao design universal é que produtos e ambientes devem ser adequados, de forma direta, a um amplo número de pessoas, diferentemente quanto à percepção visual e auditiva, à mobilidade, ao controle dos movimentos, à altura, ao peso, à maneira de compreender e se comunicar, entre outros aspectos (MELO, 2008, p. 32).

Logo, compreendemos que para se construir e ter um ambiente informacional, basicamente acessível, deve-se atentar para esses fatores e condições.

O design universal é uma das alternativas de manter um ambiente e objetos acessíveis, porém existem outros recursos que devem ser explorados pela sociedade em geral, tanto para os governantes, com o incentivo do uso e principalmente para que se torne uma aquisição “acessível”, e particularmente para os gestores institucionais, para que procurem se qualificar e se atualizarem acerca de recursos tecnológicos, didáticos e metodológicos, ou seja, a usabilidade das Tecnologias Assistivas (TA) nas unidades de informação.

3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A cada momento, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão sendo desenvolvidas ao nosso favor, tornando a ciência cada vez mais aplicável para a sociedade.

O interesse da sociedade brasileira sobre a temática tem se ampliado continuamente [...] No País existem vários grupos de pesquisa do terceiro setor e de pesquisa acadêmica trabalhando no tema em todas as regiões. No sistema SUS há entidades cadastradas como concessionárias de órteses e próteses, distribuídas de acordo com a densidade populacional no território nacional. (BRASIL, 2009, p. 11).

O secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Hamadoun I. Touré, na Reunião sobre Deficiência e Desenvolvimento, realizada na sede da ONU no Brasil, destacou que:

O uso de tecnologias de informação e comunicação devem estar no centro de qualquer estratégia para promover a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência. Nós temos as ferramentas em nossas mãos, o desafio é ampliar o acesso dessas tecnologias para todos e tornar as TIC's acessíveis para pessoas com deficiência (ONU, 2013, documento online não paginado).

Vale ressaltar que:

Em 16 de novembro de 2006 foi instituído, pela Portaria nº 142, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de ao mesmo tempo aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil. Ajudas Técnicas é o termo anteriormente utilizado para o que hoje se convencionou designar Tecnologia Assistiva (BRASIL, 2009, p. 9).

O Comitê de Ajudas Técnicas aprovou, em 14 de dezembro de 2007, a seguinte conceitualização:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, a participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BERSCH, 2008, documento não paginado).

Outro entendimento da tecnologia assistiva é visto como um “fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana” (BRASIL, 2009, p. 11).

Portanto, a TA não se limita a recursos tecnológicos, e sim a metodologias, serviços e adaptações para que as pessoas com deficiências se tornem mais autônomas na sociedade. E não se restringe a pessoa com alguma dificuldade, mas “amplia habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência ou com incapacidades advindas do envelhecimento” (BERSCH, PELOSI, 2007, p. 7).

São recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza (MELO; COSTA; SOARES, 2008, p.94).

Entende-se que a tecnologia assistiva é de suma importância para toda a sociedade, principalmente para aqueles que têm dificuldades de locomoção ou de interação. Afirmado por Brasil (2009, p. 11), “diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência”.

A tecnologia assistiva é uma aliada eficiente para desenvolver recursos acessíveis, facilitadores de ambientes e objetos acessíveis.

Tecnologias criadas para gerar acessibilidade e inclusão a todo tipo de indivíduo da sociedade, sem discriminação, beneficiando a todos, com o objetivo de se criar uma sociedade mais flexível e aberta as diferenças, uma sociedade inclusiva (FONSECA, PINTO, 2010, documento não paginado).

Essa tecnologia existe com o objetivo de:

Auxiliar a locomoção, ao acesso à informação e comunicação, no controle do ambiente e em diversas atividades do cotidiano para o estudo, o trabalho e o lazer. Cadeiras de rodas, bengalas, órteses e próteses, lupas, aparelhos auditivos, controles remotos (MELO; COSTA; SOARES, 2008, p.94)

Outro objetivo da TA é “promover qualidade de vida e inclusão social de seus usuários” (BERSCH, PELOSI, 2007, p. 7), ou seja, a inserção das pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade da educação, no mercado de trabalho, convívio com o próximo e possibilitar que o mesmo seja um cidadão com direitos e deveres como qualquer outra pessoa. Afirmado a seguir:

Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho (BERSCH 2008, documento não paginado).

A aplicação de tecnologia assistiva abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais (BRASIL, 2009, p. 11).

Conforme apresentado a seguir, e simplificadas as categorias da TA pelas autoras Mara Lúcia Sartoretto e Rita Bersch, se vê que as mesmas podem auxiliar de todas as formas os usuários.

“A classificação abaixo, foi construída com base nas diretrizes gerais da American with Disabilities Act (ADA), porém não é definitiva e pode variar segundo alguns autores” (SARTORETTO, BERSCH, 2013),

- Auxílios para a vida diária: Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa etc.
- Comunicação aumentativa: Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim.
- Recursos de acessibilidade ao computador: Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem as pessoas com deficiência a usarem o computador.
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade: Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.
- Auxílios para cegos ou com visão subnormal: para grupos específicos que inclui lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações etc.

- Auxílios para surdos ou com déficit auditivo: inclui vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros (SARTORETTO, BERSCH, 2013, documento não paginado, adaptado).

A TA tem três importantes classificações de referências que apresentam diferentes focos de organização e aplicação, as quais serão expostas a seguir, segundo o Comitê de Ajudas Técnicas CAT:

- A Classificação da Norma ISO 9999:2007 é largamente usada em vários países, em bases de dados e catálogos, sendo focada especificamente em recursos, que são organizados em classes que se desdobram em itens de produtos. [...]tem como escopo estabelecer uma classificação de produtos assistivos, es pecialmente produzidos ou geralmente disponíveis para pessoas com deficiência. Também estão incluídos nesta classificação aqueles produtos assistivos que requerem o auxílio de outra pessoa para sua operação (BRASIL, 2009, p.17, adaptado).
- A Classificação Horizontal European Activities in Rehabilitation Technology - HEART. Esse modelo entende que devem ser consideradas três grandes áreas de formação em Tecnologia Assistiva: componentes técnicos (comunicação, mobilidade, manipulação e orientação); componentes humanos e componentes socioeconômicos (BRASIL, 2009, p.21, adaptado).
- Classificação Nacional de Tecnologia Assistiva, do Instituto Nacional de Pesquisas em Deficiências e Reabilitação, dos Programas da Secretaria de Educação Especial, Departamento de Educação dos Estados Unidos. [...] cataloga 10 itens de componentes de recursos, por áreas de aplicação, esta classificação apresenta um grupo de serviços de Tecnologia Assistiva que promove o apoio à avaliação do usuário, o desenvolvimento e customização de recursos, a integração da TA com ação e objetivos educacionais e de reabilitação e os apoios legais de concessão. Exemplos dos recursos, elementos Arquitetônicos, Sensoriais, computacional, tecnológicos e de serviços entre outros (BRASIL, 2009, p.23 -25, adaptado).

Essas classificações são importantes para sabermos em que nível está cada tecnologia assistiva, tecnologia essa que nem sempre é uma ferramenta, e sim, um serviço, norma, metodologia.

O CAT concluiu que não existe uma única forma de classificar a tecnologia assistiva e as várias classificações existentes são aplicadas de acordo com os objetivos de catalogação de recursos, ensino, trocas de informação, organização de serviços de aconselhamento e concessão (BRASIL, 2009, p. 25).

Na presença dessas explicações e conceituações, considera-se que a TA é uma ferramenta eficaz para todos os usuários que necessitam de algum método diferenciado, em todos os ambientes do cotidiano, e a inclusão da mesma no espaço educacional é essencial para o desenvolvimento dessa população na sociedade.

E um dos ambientes que deve ser vislumbrado e atingido com essa inclusão são as bibliotecas, objetivando inserir essa população na sociedade da informação, e será esse o enfoque a seguir.

3.1 A INCLUSÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS

A inserção da TA em unidades de informação se dá primeiramente pelo profissional Bibliotecário capacitado, que consegue captar as dificuldades dos seus usuários.

Porém, esse profissional deve estar trabalhando em conjunto com os de outras qualificações. Segundo Bersch e Pelosi (2007, p. 7), “A equipe de TA é de característica multidisciplinar e envolve professores, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, engenheiros e outras áreas”. Assim, compreende-se que a instituição que está ligada à biblioteca deve trabalhar e desenvolver técnicas e projetos em prol dos usuários potenciais.

O desenvolvimento de Tecnologia Assistiva necessita de profissionais de diversas áreas. É necessário, portanto, investir em formação e capacitação de pessoal qualificado em todo o Brasil. A maioria das regiões carece de profissionais, havendo concentração em algumas regiões (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007, p.49).

Para Fonseca e Pinto (2009, documento não paginado), os recursos tecnológicos que devem conter em uma Biblioteca são:

- Equipamentos de auxílio à mobilidade: o Stair Track e o Evacu-Trac. Enquanto o Stair-Trac pode ser acoplado a uma cadeira de rodas para auxiliar a subir e a descer escadas, o Evacu-Trac foi desenhado para auxiliar na mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção.
- Ampliadores de telas: ampliam e modificam as cores da tela, visando melhorar a leitura de textos e a percepção de imagens, para pessoas com dificuldades de enxergar, exemplo: lentes de aumento.

- Leitores de tela: lêem informações textuais por meio de sintetizadores de voz ou displays em Braille, para pessoas cegas ou com dificuldades de leitura, exemplos: Virtual Vision, Monitivox, Jaws.
- Programas de reconhecimento de voz: possibilitam o acionamento de comandos dos programas via voz e podem ser usados por quem tem deficiência que dificulte, ou impeça o uso de teclado ou mouse, por exemplo.
- Teclados alternativos: simulam o funcionamento de um teclado normal, logo ajudando as pessoas que tenham alguma dificuldade ou impossibilidade de utilizar o teclado
- Dispositivos apontadores alternativos: simulam o funcionamento do mouse e assim podem ser utilizados por quem não possa utilizar o mouse convencional, exemplos são aqueles que são acionados com os olhos (eye gaze systems) ou com os pés.

A seguir, serão expostos alguns recursos que podem ser incorporados em uma biblioteca.

Figura 1- Teclado Ampliado



Fonte: <<http://www.civiam.com.br/civiam/index.php/necessidadesespeciais/baixa-visao-subnormal-lupas-equipamentos/acessorios.html>>. Acesso em: 23 out. 2013

Nessa primeira figura, o teclado ampliado é projetado para pessoas com baixa visão, pois possibilita que os usuários consigam visualizar com uma maior qualidade e autonomia.

Figura 2 - Teclado Intellikeys



Fonte: <<http://profeuniceparra.blogspot.com.br/2012/05/teclado-adaptado.html>> Acesso em: 23 out. 2013

O teclado programável, ou teclado de conceito, exposto acima é de grande relevância para as crianças, pois suas interfaces de trabalho podem ser reconfiguradas de forma que o ensino aprendizagem seja eficiente.

O intellikeys possui um conjunto de lâminas de trabalho padronizadas que permite sua impressão (BERSCH, PELOSI, 2007, p. 20, adaptado).

Figura 3- Stair Track



Fonte: <<http://www.swallowlifts.co.uk/products/evacuation-motorized-stair-climbers-motorized.php>> Acesso em: 25 out. 2013

Esse é o Stair track, “um elevador de cadeira de rodas portátil que se conecta com a maioria das cadeiras de rodas padrão e pode ser usado tanto em ambientes

fechados ou ao ar livre. Permite que um atendente possa mover facilmente uma pessoa em uma cadeira de rodas, e subir e descer escadas com o toque de um botão. O Stair-mate é uma solução de acesso de baixo custo que está disponível imediatamente” (SWALLOWLIFTS, [2007?], tradução nossa).

Figura 4- Evacu-Trac



Fonte: < http://www.garavalift.ca/en/products/evacuation_chairs/evacu-trac.html > Acesso em: 23 out. 2013

Na figura (4), “evacuado-Trac é facilmente configurado e pronto para um passageiro. Esta cadeira de evacuação tem faixas de borracha durável e com segurança” (GARAVENTA LIFT, [2007?], tradução nossa).

A próxima figura (5) é o ampliador de tela, que possibilita o zoom das letras de textos e imagens com o propósito de atingir e facilitar a leitura dos deficientes visuais com baixa visão.

Figura 5- Ampliador de tela



Fonte: < <http://www.civiam.com.br/civiam/index.php/necessidadesespeciais/baixa-visao-subnormal-lupas-equipamentos/videos-amplificadores/video-amplificador-cctv-completo-de-mesa-xy-k1-gold-com-tela-22-tv-mouse-e-usb-color-pb-e-reverso.html> > Acesso em: 25 out. 2013

Figura 6- Leitor de tela

Fonte: <<http://www.movimentolivres.org/artigo.php?id=50>> Acesso em: 25 out. 2013

Já os leitores de tela (Virtual Vision, NVDA, JAWS, Orca e DOSVOX,) são programas/software que funcionam como leitores de textos, para possibilitar aos deficientes visuais a leitura por voz, ou seja, o documento eletrônico é “ouvido” por esses usuários. Atualmente existem muitos leitores de tela no mercado.

Figura 7- Leitor autônomo

Fonte: <<http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/leitor-autonomo>>. Acesso em: 07 nov. 2013

Outro recurso interessante é o Leitor Autônomo, que lê desde cartas, panfletos, jornais, relatórios, livros a qualquer outro documento escrito, permitindo gravar para futura audição.

Figura 8- Impressora Braille



Fonte: <<http://www.laratec.org.br/Everest.html>>Acesso em: 07 nov. 2013

A impressora em Braille “tem como característica a impressão em alto relevo, painel de controle de fácil operação tanto para pessoas videntes como para pessoas com deficiência visual (voz e braille)” (OLIVEIRA, 2013 p.10).

Alguns recursos de acessibilidade apresentados nessa pesquisa, tanto tecnológico, como possíveis práticas, são de suma importância para a sociedade e, principalmente, a utilização dos mesmos em uma unidade de informação, para auxiliar e facilitar a busca e recuperação da informação para os usuários com deficiência.

Os bibliotecários estão na vanguarda dessa situação e, em algumas bibliotecas, além da acessibilidade arquitetônica, já estão inserindo recursos acessíveis em suas unidades de informação para otimizar a inclusão.

No próximo capítulo, serão expostas algumas Unidades de Informação que já estão se aperfeiçoando em busca da acessibilidade.

4 BIBLIOTECAS EM BUSCA DA ACESSIBILIDADE

Como dito anteriormente, a questão da acessibilidade está sendo debatida em todos os meios acadêmicos, sociais e políticos, e não é diferentemente com a área da Biblioteconomia.

Os profissionais bibliotecários atuam diretamente para auxiliar e fornecer informações objetivamente, eficazmente e com exatidão. Por isso, alguns gestores já estão se “adaptando” e compreendendo que se deve ter um olhar “especial” para usuários potenciais com alguma dificuldade de acessar e de desfrutar da informação de forma autônoma e sem possíveis barreiras e ruídos.

A seguir, serão apresentados alguns exemplos de bibliotecas acessíveis que estão sendo exemplos para que o universo da informação e do conhecimento seja para todos, sem nenhuma barreira.

Figura 9 - Biblioteca Memorial da América Latina



Fonte: <http://www.livroacessivel.org/blog/biblioteca-do-memorial-da-america-latina-acessivel-para-cegos>

Acesso em: 10 nov. 2013

O Movimento pelo Livro e Leitura Acessíveis no Brasil (MOLLA) transformou, além da acessibilidade física e arquitetônica, praticamente 100% do catálogo da biblioteca acessível para pessoas com deficiência visual (cegos ou baixa visão), com dislexia, paralisias ou mobilidade reduzida, idosos e analfabetos.

Foi implantada tecnologia assistiva de baixo custo, scanner com voz sintetizada, praticamente todas as obras da biblioteca podem ser lidas por pessoas com as características descritas anteriormente, que habitualmente estão excluídas da leitura impressa, principalmente a leitura existente em espaços públicos como bibliotecas municipais, bibliotecas de escolas e universidades públicas, de centros culturais e demais espaços públicos ou privados destinados à leitura.

Figura 10- Biblioteca pública de São Paulo



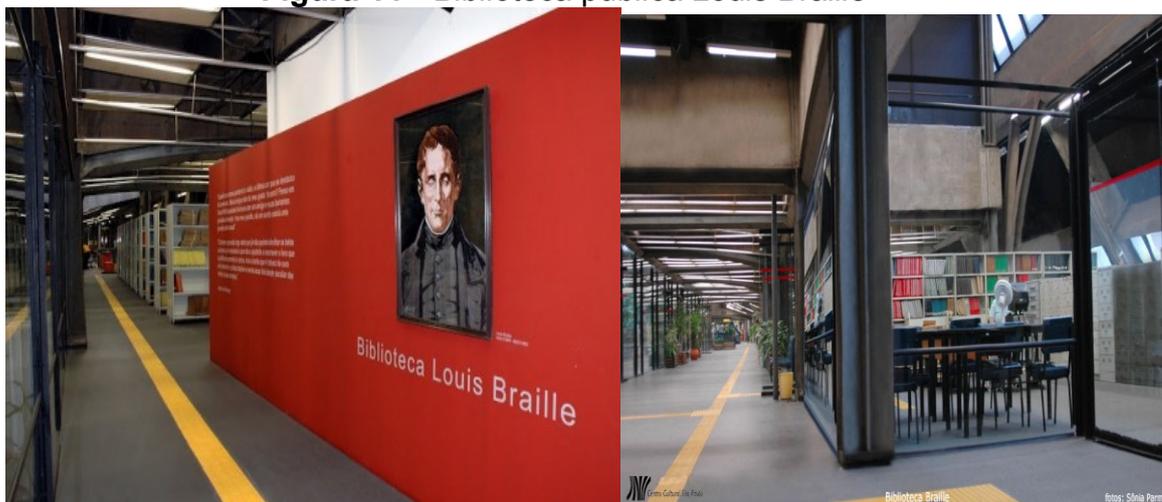
Fonte:< <http://www.fernandazago.com.br/2011/03/secretaria-apresenta-dicas-para.html>>Acesso em: 10 nov.

2013

Usuários com deficiência visual têm mil títulos de “audiobooks”, equipamento que é capaz de transpor obras literárias convencionais para faixas de áudio ou placas em Braille. A biblioteca tem estrutura acessível e preparada para atender pessoas com deficiência. As mesas são reguláveis, e se adaptam a qualquer tamanho de cadeira de rodas, com folheadores automáticos de páginas, para aqueles que perderam os movimentos das mãos, e também computadores adaptados (ZAGO, 2011, adaptado, documento online)

Outro exemplo de biblioteca pública, a seguir, é a Biblioteca Louis Braille:

Figura 11 - Biblioteca pública Louis Braille



Fonte: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/Biblioteca_Louis_Braille.html>. Acesso em: 22 nov. 2013

Essa biblioteca pública fica situada em São Paulo, no Centro cultural da cidade. A mesma foi “planejada e equipada para atender aos usuários com deficiência visual, reúne 6.159 títulos, entre livros em Braille e audiolivros, além de computadores com programas específicos para a acessibilidade dos usuários” (CENTRO CULTURAL, [2010?], informação online).

Compreende-se que essas bibliotecas públicas estão na vanguarda da acessibilidade, devem ser um exemplo para todos os gestores públicos, que atendem a uma diversidade de usuários.

Em relação à acessibilidade e à inclusão da tecnologia assistiva em Universidades públicas, foram constatados dois exemplos abaixo:

Figura 12- Laboratório de Acessibilidade da UFRN



Fonte: http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/impressao/boletim_especial/10290155 Acesso em: 12 nov. 2013.

Para garantir que todos os alunos tenham igualdade de condições no acesso ao material didático, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) criou o Laboratório de Acessibilidade. O espaço existe há dois anos e atualmente atende a pessoas com transtorno bipolar, com déficit de atenção e com deficiência visual parcial ou total. Localizado na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), o laboratório conta com computadores, notebooks, scanners, impressoras, lupas, gravadores e sistemas especializados que possibilitam a conversão de textos em formatos digitais ou impressos de forma adaptada a cada necessidade. (HOLANDA, 2013, documento não paginado)

E, para finalizar esses exemplos perseverantes de profissionais engajados com a acessibilidade e com isso proporcionarem que as Bibliotecas se tornem ambientes inclusivos e acessíveis, vale resaltar O Laboratório de Acessibilidade (LAB), que se encontra situado na Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Inaugurado em 2003 na BCCL, o LAB está sempre em busca de soluções para reduzir a carência dos usuários potenciais, com alguma dificuldade de acessar à informação ou utilizar os materiais informacionais em uma Biblioteca.

O acesso ao conhecimento é um direito de todos os cidadãos, portanto ao atendermos pessoas, com ou sem deficiência, não estamos prestando um favor, mas cumprindo nosso dever enquanto profissionais da informação. O comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a todos os profissionais: bibliotecários, arquivistas, auxiliares, técnicos, serviços gerais, coordenadores, diretores, reitores. (PUPO, 2008, p. 83)

Figura 13- Laboratório de acessibilidade (LAB/UNICAMP)



Fonte: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.512484958766857.141478.415682851780402&type=3>>. Acesso em: 20 nov. 2013

Além do trabalho no espaço físico do Laboratório de Acessibilidade, o projeto ainda conta com um portal na Internet no qual divulga as atividades fundamentadas em acessibilidade e inclusão. São objetivos do LAB: Promover acessibilidade aos serviços e produtos; Disponibilizar os equipamentos aos usuários para estudos, pesquisas e lazer; Promover apoio didático conforme disponibilidade dos equipamentos e recursos humanos; Orientar quanto ao uso das TIC's; Proporcionar um ambiente adequado aos usuários, pesquisadores e estudiosos em inclusão e acessibilidade; Possibilitar a criação e disseminação de novas ferramentas de apoio que complementem a educação dos usuários com deficiência; Divulgar os produtos e serviços interna e externamente; Estimular a autonomia acadêmica de seus usuários; Produzir material adaptado. (PUPO, 2008, p. 87).

Como foi exposto nesse capítulo, constata-se que o movimento a favor da acessibilidade está em constante progressão, e nas bibliotecas, especialmente, um olhar mais cauteloso para esses usuários está se modificando aos poucos. As mudanças estão acontecendo, porém precisam chegar a um público alvo maior, ou seja, em toda a sociedade, e não somente em grandes metrópoles.

Identificamos essas bibliotecas como exemplos a serem seguidos, e que essa realidade não está muito longe do alcance dos gestores, basta ir à procura incessante de novos conhecimentos, que irá desabrochar novas oportunidades. E com isso fazer da Biblioteca um ambiente que dissemine informação e seja, principalmente, um ambiente inclusivo para todos que busquem conhecimento, sem nenhuma barreira.

Dessa maneira, será exposto, no próximo subtópico, o papel da biblioteca inclusiva.

4.1 A BIBLIOTECA COMO MEDIADORA DA INCLUSÃO

A Biblioteca é potencialmente a base de um país leitor, pois é nela que as crianças, jovens e adultos dão seus primeiros passos para se tornarem leitores e aptos a se inserirem na sociedade da informação.

Em um ambiente educacional, a biblioteca se torna de fundamental importância na instituição e na sociedade, com o intuito de fomentar a prática educativa, promovendo informação, educação, igualdade e cultura, pois como é afirmado por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 25), “o ensino inclusivo

proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade”.

Porém, para chegar nesse auge, é necessário que a educação inclusiva faça valer perante a sociedade, ou seja, os governantes devem proporcionar à educação mais oportunidades acessíveis, e os profissionais da educação procurar formas e estratégias para a diminuição de uma possível “exclusão social”.

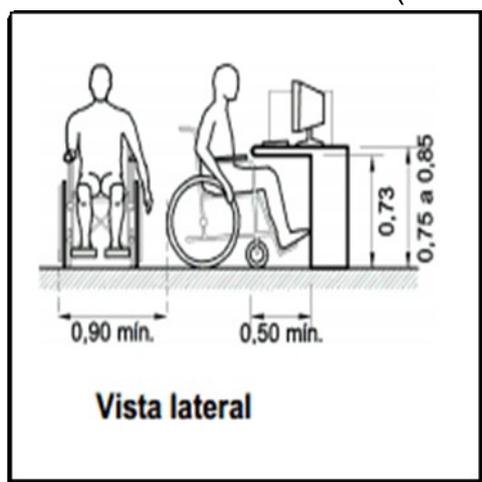
Com o intuito e na formação de uma sociedade informacional, as bibliotecas devem ser mais valorizadas, como o profissional que nela atua, principalmente os Bibliotecários, pois são eles um dos fatores para que a biblioteca seja de qualidade, além de serem adaptadas em todas as suas instâncias e acessíveis a todos os usuários potenciais.

A inserção e a disponibilização de material informacional acessível, e a utilização de computadores e outros equipamentos tecnológicos com autonomia, já são um grande avanço para a unidade de informação.

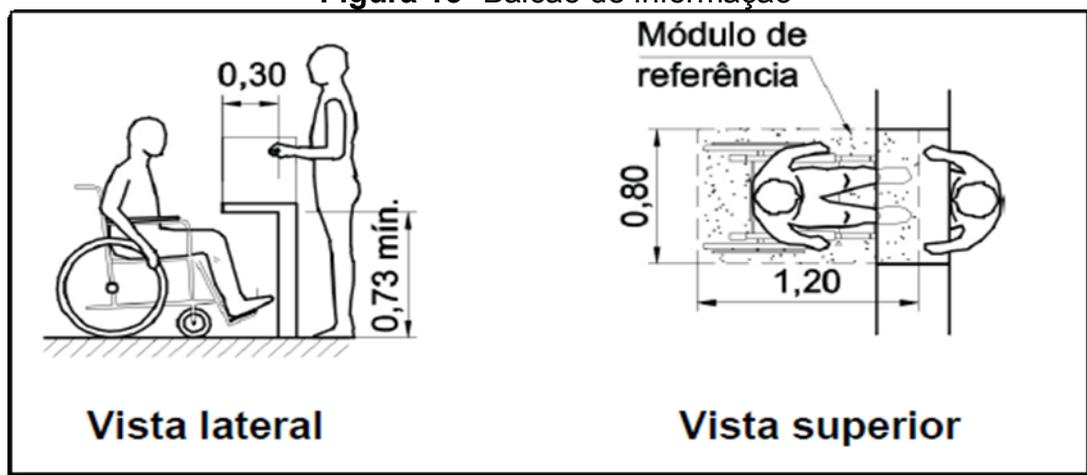
O objetivo de uma biblioteca é colocar à disposição dos usuários materiais do seu interesse, mas foi-se o tempo em que as bibliotecas eram lugares chatos e empoeirados. "A biblioteca é extremamente dinâmica e progride cada vez mais com o desenvolvimento da própria ideia da ciência da informação". (CUNHA, 2012, documento online).

Além de disponibilizar material acessível, principalmente para usuários com necessidades especiais, deve-se ter acesso à biblioteca sem nenhuma barreira.

A NBR 9050 do ano de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), propõe que as bibliotecas, centros de leitura, locais de pesquisas, fichários, salas de estudo, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devam ser acessíveis, como, por exemplo, nas três figuras abaixo, que são formas de adaptação do ambiente descritas na norma.

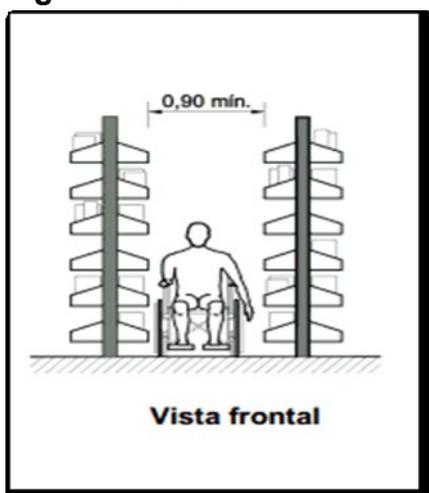
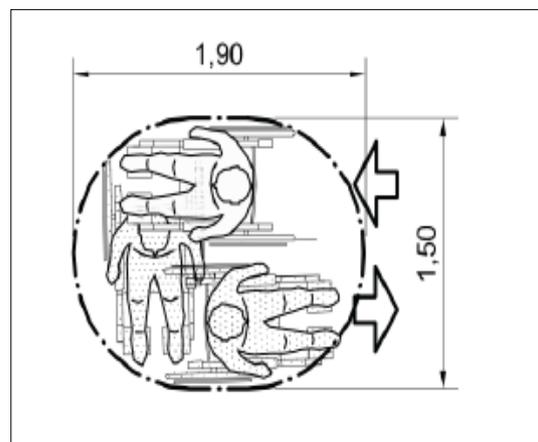
Figura 14- Terminais de consulta (Visão lateral)

Fonte: NBR 9050 (2004, p. 88)

Figura 15- Balcão de informação

Fonte: NBR 9050 (2004, p. 93)

Nos terminais de atendimento/consulta individualizados, como se vê nas figuras 13 e 14, de acordo com a ABNT, recomenda-se que o “balcão tenha altura livre inferior de, no mínimo, 0,73m do piso e profundidade livre de, no mínimo, 0,30m” NBR 9050 (2004, p. 93).

Figura 16- Estante em bibliotecas**Figura 17-** Manobras da cadeira de rodas

Fonte: NBR 9050 (2004, p. 88)

Já a distância entre as estantes de livros, recomenda-se ser de, no mínimo, 0,90m de largura e entre as estantes, a cada 15m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas, com uma rotação de 180°.

Nas figuras acima, se percebe que são atitudes simples que podem ser adaptadas e reformuladas para pessoas com necessidades de locomoção, que necessitam para transitar e utilizar os serviços da biblioteca sem nenhuma dificuldade.

Porém, isso é só uma possível barreira arquitetônica, e para se ter um ambiente de estudo inclusivo, deve-se ir além da arquitetura.

A biblioteca, segundo Veiga et al. (2001, apud BALÇA, 2006, p. 208),

Deve ser percebida como uma unidade orgânica da escola, integrando-se as suas atividades no projeto educativo da própria escola e deve constituir-se como um recurso básico do processo educativo, desempenhando um papel fulcral em diversos domínios como, entre outros, a aprendizagem da leitura, o fomento do prazer de ler ou a promoção de hábitos de leitura.

O bibliotecário atua na biblioteca acessível possibilitando a inclusão por meio de um ambiente adequado, um acervo voltado para cada usuário e possibilitando atividades integradoras, como, por exemplo, de incentivo à leitura, com todos os grupos de pessoas com deficiência dependendo das suas habilidades e desenvoltura diante do resultado de cada usuário.

Não adianta colocar uma criança/jovem em uma sala de aula ou em uma unidade de informação que não seja amparada, tanto no âmbito dos serviços, como na necessidade de recursos humanos e tecnológicos. Se não houver essas etapas de integração, de recursos acessíveis e adaptação, não haverá uma inclusão eficaz, e sim uma exclusão.

Uma declaração, que foi relatada por um aluno que frequentou ambientes especiais durante todo o período escolar, afirma que:

O único contato que tínhamos com as crianças “normais” era visual [...] meu sentimento era de constrangimento e o sentimento deles eram, que nós éramos da classe especial. Estávamos na escola porque as crianças vão à escola, mas éramos proscritos, sem nenhum futuro ou expectativa. Massachussettes Advocacy Center, 1987, (apud KARAGIANNIS, STAINBACK, STAINBACK, 1999, p. 24, adaptado).

Compreende-se que os alunos com necessidades especiais das instituições de ensino devem estar sendo alfabetizados e educados junto com os demais alunos e que frequentem os mesmos ambientes, não deixarem em locais segregados, ou seja, em locais diferenciados, separados e isolados dos demais colegas. Logo, nesses espaços, os professores e os profissionais devem estar capacitados para a utilização de tecnologias, recursos e ferramentas metodológicas ativas e eficientes, para que, então, se torne uma educação inclusiva.

Os locais segregados são prejudiciais porque alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimenta fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 25).

A acessibilidade e acesso à informação em uma biblioteca só é possível quando é disponibilizado a seus usuários um local adequado e cômodo, para que tenham acesso a materiais e dispositivos eletrônicos acessíveis.

Diante dessa situação, o Bibliotecário é um profissional importante para que se obtenha comunicação e reciprocidade de informações e conhecimento sem ruídos, pois o Bibliotecário é um profissional da informação que atua com o principal objetivo, que é disseminar e mediar a informação para a sociedade do conhecimento, através de Bibliotecas, arquivos, museus, centros e sistemas de informação e documentação.

Com isso, o próximo tópico irá abordar o papel desse profissional na vanguarda das bibliotecas acessíveis.

5 O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

O Código de Ética do Profissional Bibliotecário enfatiza no Art. 3º a importância de valorizar e “preservar o cunho liberal e humanista da sua profissão”.

A Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999, conclama os bibliotecários a “garantirem e facilitarem o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; a adquirirem, preservarem e tornarem acessíveis a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade”.

O Bibliotecário, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tem como responsabilidade e funções:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (Classificação Brasileira de Ocupações, [2007?], documento online)

No ambiente de uma Unidade de informação, como em uma biblioteca, os profissionais das áreas da construção civil, engenheiro da computação, arquitetos e bibliotecários têm que traçar um planejamento estratégico na construção da unidade ou adaptações recorrentes, o gestor da informação deve ter uma observação aos problemas decorridos por seus usuários, sejam eles quais forem.

Diante de Portarias, Decretos e Leis e resoluções existentes no Brasil, as pessoas com necessidades especiais estão bem aparadas nesse sentido. Percebe-se que a inclusão dessas pessoas prossegue caminhando. E com isto cabe aos profissionais da informação e a sociedade serem inclusivos também, com ações humanísticas, possibilitando, ambientes adequadas e atingíveis para este grupo de necessidades especiais. (OLIVEIRA, 2013 p. 5, adaptado).

A profissão de Bibliotecário sempre exigiu a prática da administração, uma vez que a gestão envolve a elaboração de projetos e a junção de habilidades e competências desempenhadas por um profissional. Essas habilidades e competências vão desde o saber lidar com pessoas, a solucionar situações problemáticas.

O Bibliotecário passou a ser um profissional mais proativo, que não tem medo de ousar, o que refletiu consideravelmente para que se tornasse um bom líder com criatividade, passando a cunhar um ambiente propício à ampliação das Unidades de Informação (HOLANDA; NASCIMENTO, 2010, documento não paginado).

Com isso, o Bibliotecário como gestor, visando à acessibilidade, pode transformar uma gestão de liderança e acessível, possibilitando em seu ambiente de trabalho ferramentas e soluções, observando a ampliação da acessibilidade para com os seus usuários.

O profissional Bibliotecário e toda a sua equipe deve conhecer seus usuários e saber como tratá-los. Precisa, além da inserção da acessibilidade informacional e arquitetônica, identificar as suas angústias informacionais, as suas dificuldades e possibilidades em respeito à unidade de informação.

A inserção de laboratórios acessíveis, especialmente visando alguns recursos, e a disponibilidade de matérias como livros em braile e materiais áudio visuais que devem ser preparados no local e com uma infraestrutura adequada e por profissionais especializados.

Além de aspectos urbanísticos como estacionamento, passagens de acesso, os aspectos arquitetônicos que são os da iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas e os aspectos de informação e comunicação como sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto e a disponibilidade de um acervo adequado, ou seja, todas estas características são de acessibilidade e usabilidade diante do ambiente. (MAZZONI; TORRES; OLIVEIRA, et.al., 2001, p. 31, adaptado)

O profissional Bibliotecário deve estar sempre se adaptando e ter uma educação continuada aos novos contextos, tornando as bibliotecas cada vez mais

acessíveis fisicamente, socialmente e inclusivas para todos os usuários, pois toda Unidade de Informação precisa ser um ambiente inclusivo e acessível para todos.

A especialização surge quando o bibliotecário busca novos conhecimentos, ou seja, o coloca como prioridade na sua formação profissional, os cursos são os dispositivos precursores para que ele se destaque em relação aos demais. Em um momento em que o movimento pela acessibilidade cresce gradativamente, o profissional da informação, que conhece ou procura se especializar em tornar a informação disponível a todos, ganha destaque.

Porém, os aspectos tecnológicos são os que mais interferem na busca e recuperação da informação para os usuários com necessidades especiais, pois eles necessitam de aparelhos e recursos que ainda são de difícil acesso. Situação essa que é descrita por Fonseca (1999, apud PAULA; CARVALHO, 2009, p, 70).

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas.

O ambiente do homem a cada momento tem modificações e, infelizmente, nem todas essas “atualizações” ou modernidade são acessíveis para todos, principalmente na questão do acesso e uso de tais serviços e produtos. Castells, (1999, apud PAULA; CARVALHO, 2009, p,70) menciona essa problemática.

O repentino aumento de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição de bens e de serviços, criando grande quantidade de produtos e serviços que ficavam ao alcance de poucos países e elites que dominavam as tecnologias, influenciando de maneira decisiva a localização da riqueza e do poder no mundo.

O Bibliotecário – profissional da informação – deve estar a cada momento em busca do conhecimento, e como é crescente a difusão do uso das novas tecnologias, é de fundamental importância conhecer e saber utilizar as novas formas e recursos de disseminar e proporcionar acesso à informação em sua unidade de informação; com isso, essas unidades informacionais contariam com profissionais

acessíveis e competentes na proposta de utilizar ferramentas tecnológicas a favor de difundir cada vez mais informações necessárias e adequadas para cada usuário.

Logo abaixo, verificam-se as competências profissionais da informação/bibliotecário, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações no Brasil, demonstrado pelas autoras Sueli Faria, Vanda Fulgêncio de Oliveira, Liliâne Forner e Floriana D'Astuto.

Quadro 1 - Competências do profissional da informação prevista pela Classificação Brasileira de Ocupações no Brasil.

Competências do profissional da informação - CBO

Manter-se atualizado

Liderar equipes Liderança

Trabalhar em equipe e em rede

Demonstrar capacidade de análise e síntese

Demonstrar conhecimento de outros
Idiomas

Demonstrar capacidade de
Comunicação

Demonstrar capacidade de negociação

Agir com ética

Demonstrar senso de organização

Demonstrar capacidade empreendedora

Demonstrar raciocínio lógico

Demonstrar capacidade de concentração

Demonstrar pró atividade

Demonstrar criatividade

Fonte: (Faria Sueli; et .el., 2005 p.5, adaptado)

Constata-se que os Bibliotecários devem ser multidisciplinares, com competência administrativa, matemática, linguística, histórica, e, principalmente, se manter sempre atualizados, com uma educação continuada, pois com isso esse profissional irá acompanhar as novas tecnologias e métodos de agregar valor para a unidade de informação, com o objetivo de disponibilizar novos serviços e atender a todos os públicos.

Com isso, a busca incessante por uma educação continuada é de grande relevância para o mesmo e para a sua profissão, ou seja, fazer cursos, como de libras, atendimento ao usuário com necessidade especial, se adequar e se capacitar no uso das tecnologias de comunicação e informação (TICs), estarem sempre atualizados, com a participação em eventos sobre essa temática e descobrir com os próprios usuários ou funcionários, novas técnicas e métodos para a utilização na biblioteca.

Como discorre a Bibliotecária Denise Tallarico Pupo.

É recomendável que pessoas com deficiência componham a equipe, seja dos funcionários de carreira ou de conselho consultivo, comissão de biblioteca ou comitês afins. São os primeiros parceiros a quem se deve recorrer porque sabem das próprias necessidades e constituem o elo entre as partes interessadas no atendimento de qualidade para todos. (PUPO, 2008, p.83).

Portanto, as competências do profissional da informação acessível, além de dispor de todas as aptidões mencionadas anteriormente, o mesmo deve saber acolher e atender aos usuários com necessidade especial ou deficiência, ou seja, estar e ser um Bibliotecário acessível, sem preconceitos e qualificado, para que o usuário se sinta satisfeito, com um atendimento, material informacional e ambiente adequados para o mesmo, com o intuito de integrar e envolver esse usuário na sociedade da informação e conhecimento, ou seja ter atitudes acessíveis a frente a estes os usuários potenciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da acessibilidade é bastante instigante, pois possibilita uma visão mais globalizada, e compreendemos que a acessibilidade vai além de aspectos arquitetônicos, que possibilita, a cada momento, novas observações, pesquisas, investigações e, principalmente, a sua aplicabilidade, além de promover a temática para a sociedade.

Foi constatado que políticas públicas em benefício dessa comunidade são bastante favoráveis; porém, é entendido que ainda faltam muitas barreiras governamentais para serem derrubadas, ou seja, essa classe ainda não tem a visibilidade que merece.

Em outros aspectos, como políticas públicas, sociedade e educação caminhando juntos, pode-se inferir que o Brasil pode se tornar o país da inclusão, basta que cada um faça a sua parte.

Portanto, para atenuar essa dificuldade governamental, é necessário que conselhos, grupos de interesse, as próprias pessoas com deficiência e a sociedade em geral, vão em busca dos seus direitos, que, muitas vezes, são “ocultados” e não chegam ao destino final.

A sociedade também deve buscar modificar a sua perspectiva e consciência de que as pessoas com alguma deficiência têm direitos e deveres, e devem ser tratados como um cidadão sem nenhum “dificuldade”, pois, por mais que a conscientização pessoal esteja caminhando, infelizmente, ainda existem preconceitos de tratamento, oportunidades e a falta de conhecimento do grau de potencialidade educacional que têm essas pessoas com deficiência.

Em relação à Biblioteca inclusiva, ela é um ambiente diferenciado e de fundamental importância para que as pessoas com deficiência se sintam acolhidas informacionalmente e culturalmente.

Com a disponibilização de um ambiente, material, recursos acessíveis e profissionais capacitados a atendê-los, esses ambientes informacionais podem

contribuir e auxiliar a se tornarem autônomos em relação à busca e à recuperação da informação pertinente.

Com relação ao Bibliotecário acessível, o mesmo deve estar sempre se atualizando a frente desse paradigma da sociedade, buscando as ferramentas e recursos acessíveis mais difundidos perante as dificuldades dessa sociedade e das bibliotecas. Infere-se que os bibliotecários devem possuir competências gerenciais, administrativas, tecnológicas e a estarem inseridos nas pesquisas, discussões e na aplicabilidade da educação inclusiva.

Foi possível identificar que a inclusão da tecnologia assistiva nas bibliotecas é alternativa importante, e que a cada instante está se difundindo e se expandindo na sociedade e sendo utilizada, possibilitando uma sociedade da informação justa e para todos.

Conclui-se que, embora se reconheça que as discussões sobre acessibilidade são pertinentes, essas ainda carecem de um maior aprofundamento teórico e metodológico no que tange à ciência da informação, e que colabore na concretização de melhores práticas.

Com isso, essa pesquisa propôs apresentar e dissertar a respeito da acessibilidade, argumentar sua importância em uma unidade de informação, e mostrou aspectos relevantes ao tema proposto, e de como uma biblioteca, com acessibilidade, pode se tornar inclusiva, além de contribuir com uma reflexão sobre o tema para profissionais da informação e de áreas afins.

Portanto, os objetivos propostos dessa pesquisa foram alcançados positivamente.

Com os exemplos mostrados nessa pesquisa, foi possível identificar que aos poucos a acessibilidade em bibliotecas está se desenvolvendo. E, com isso, intencionar a expansão da mesma, em uma abordagem de campo e de novas pesquisas complementares.

REFERÊNCIAS

A BIBLIOTECA do Memorial da América Latina agora é acessível para cegos. Disponível em: < <http://www.livroacessivel.org/blog/biblioteca-do-memorial-da-america-latina-acessivel-para-cegos/> > Acesso em: 12 nov. 2013.

AMORA, Antonio Soares. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. 4ªed. São Paulo: Saraiva 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BALÇA, Ângela Coelho de Paiva. Vamos à biblioteca: o papel da biblioteca escolar na formação de crianças leitoras. **Nuances**: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XII, v. 13, n. 14, p. 11-13, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/379/414>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva : recursos de acessibilidade ao computador. Brasília: SEESP, 2007. 66 p.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em: < <http://proeja.com/portal/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. **Ofício-Circular nº 11/2013** – CONADE/SNPD/SDH/PR. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/716>>. Acesso em 27 set. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana. Vol. 4, **Implementação de políticas municipais de acessibilidade**. Ministério das Cidades, 2006.

BRASIL. Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana. Vol. 3, **Implementação do Decreto Nº5.296 para construção da cidade acessível**. Ministério das Cidades, 2007.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. – Brasília : CORDE, 2009. Disponível em:<
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

BRASIL. Lei Federal nº 10098, de 19.12.2000 - **Lei da Acessibilidade** - regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02.12.2004. Disponível em: <
<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>> . Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 25 out. 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em:<
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>
Acesso em: 25 ago. de 2013.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: um conceito para todos. [2012?] Disponível em:<
http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf> Acesso em: 15 out.2013.

CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO. **Biblioteca Louis Braille**. Disponível em:<http://www.centrocultural.sp.gov.br/Biblioteca_Louis_Braille.html>. Acesso em: 22 nov. 2013.

CUARTAS, Enriqueta Graciela D.; PESSOA, Maria Lucia de Moura da Veiga; COSTA, Cosme Guimarães da. **Código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois**. Disponível em:<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/370/1/Artigo_C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Profissional%20do%20Bibliotec%C3%A1rio%2015%20anos%20depois.pdf> Acesso em: 20 set. 2013.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações. **Profissional da Informação**. Disponível em:<<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em: 15 nov. 2013

FONSECA, Juliene Coelho; PINTO, Tiago Leite. Tecnologias assistivas para a biblioteca inclusiva: uma forma de oferecer a informação a todos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIENCIA DA INFORMAÇÃO. 33., 2010. JOÃO PESSOA. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em:<<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/view/78>>. Acesso em: 24 out. 2013

FARIA, Sueli; et .el. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ago. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28552.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

HOLANDA, Juliana. **Laboratório de Acessibilidade da UFRN garante igualdade de acesso a material didático aos alunos**. Boletim Especial da UFRN. Ano III, Nº 30. Disponível em:<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/imprensa/boletim_especial/10290155> Acesso em: 12 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religi_ao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; CARNEIRO, Naiany de Souza; SOUSA, Emília Augusta Alves de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Da Informação a Compreensão: reflexões sobre Arquitetura da Informação, Usabilidade e Acessibilidade no campo da Ciência da Informação. In__ **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 231-244, 2012.

LEGISLAÇÃO brasileira de acessibilidade: Visão geral. Cap.4, 150 -170. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510329_07_cap_04.pdf. Acesso em 27 set. 2013.

LINHARES, Carolina. **Como a biblioteca ajuda na formação de leitores**. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/funcao-biblioteca-705575.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MACEDO, Neusa Dias de; OLIVEIRA, Helena Gomes de. **Diretrizes da IFLA/ UNESCO para a biblioteca escolar**. 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo Atlas, 2003.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima; OLIVEIRA, Rubia de, et. al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2001.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do; SANTOS, Idê Borges dos. **Saberes e práticas da inclusão**. 2.ed. rev. Brasília: MEC SEESP, 2003.

MÍDIA E DEFICIÊNCIA. Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2003. 184 p. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf> Acesso em 15 set. 2013.

OLIVEIRA, Gabriella Domingos de. Tecnologias Assistivas: transformando as bibliotecas acessíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (ENEBD). 36, Recife. **Anais...** RECIFE: UFPE, 2013. p.1-13.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório da ONU ressalta potencial da tecnologia para a inclusão social de pessoas com deficiência**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/relatorio-da-onu-ressalta-potencial-da-tecnologia-para-a-inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.64-79, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a05.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Perez. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. In: _____ MELO, Amanda Maincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Silvia C. de Matos. **Tecnologias assistivas**. Unicamp. Campinas. 2008, cap. 08 p. 94-103.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Perez. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. In: _____ BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. **Convivendo com as diferenças**. Unicamp, Campinas. 2008, cap.02 p.24-27.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Perez. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. In: _____ PUPPO, Deise Tallarico. **Laboratório de acessibilidade**. Unicamp, Campinas. 2008, cap.07, p.80-91..

REILY, Lúcia. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004. 188 p.

RAMOS, Paulo Baltazar. A gestão na organização de unidades de informação. *Ciência da Informação*. **Ciência da Informação** - Vol. 25, número 1,1996.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH Rita. **Tecnologia Assistiva**. Disponível em:< <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#topo>>. Acesso em: 10 nov 2013.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 451 p.

ZAGO, Fernanda. **Secretaria apresenta dicas para Bibliotecas Acessíveis**. Disponível em:< <http://www.fernandazago.com.br/2011/03/secretaria-apresenta-dicas-para.html>>. Acesso em 10 out. 2013.